

# **Educação popular na contemporaneidade:** outras possibilidades

Ana Lúcia Nunes Pereira<sup>1</sup>, Marina Graziela Feldmann<sup>2</sup>

## **Resumo**

Neste estudo, parte-se de reflexões que apontam para a vigência da educação popular na contemporaneidade. Ao visar uma discussão sobre a educação popular neste contexto, desenvolvem-se análises das possibilidades que se apresentam frente aos desafios na sociedade contemporânea. Utiliza-se como estratégia metodológica um estudo teórico que permite colocar em diálogo diferentes referenciais, nos quais Paulo Freire se destaca como interlocutor principal. Pode-se evidenciar que a educação popular possui um papel importante para se reposicionar no atual contexto social e se constituir como projeto alternativo. No entanto, é necessário rever seus princípios histórico-antropológico, sócio-filosófico e pedagógico, a partir de práticas educativas populares concretas que possibilitem avaliar criticamente as correntes ideológicas impostas ao longo desse processo histórico. Como síntese propositiva para os caminhos que justificam a vigência da educação popular, relacionam-se três pontos cruciais: a reinvenção da utopia e da esperança, a possibilidade de uma episteme do popular e a reordenação de outros mundos de trabalho.

## **Palavras-chave**

Educação Popular. Contemporaneidade. Episteme do Popular.

**1.** Doutoranda em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; professora assistente da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: alpereira@uneb.br.

**2.** Doutora em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; professora titular do Departamento de Fundamentos de Educação na mesma instituição. E-mail: feldmnn@uol.com.br.

# **Popular education in the contemporary: other possibilities**

Ana Lúcia Nunes Pereira\*, Marina Graziela Feldmann\*\*

## **Abstract**

This study is based on reflections that point out the validity of popular education in the contemporary. The analyses of the possibilities of challenges in contemporary society are consequences of the discussion of popular education in this context. The methodological strategy is a theoretical study which approach different theories in which Paulo Freire is the main interlocutor. In this study, we observe that popular education has an important role to reposition itself in the current social context as an alternative project. However, it is necessary a review of its historical-anthropological, socio-philosophical and pedagogical principles from concrete popular education practices that enable to critically evaluate the ideological current imposed by the historical process. The purposeful synthesis of ways to justify the validity of popular education is related to three key issues: the reinvention of utopia and hope, the possibility of a popular epistemology and the reorganization of how we approach work.

## **Keywords**

Popular Education. Contemporary. Popular Epistemology.

\* PhD student in Education, Pontifical Catholic University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor in Bahia State University, State of Bahia, Brazil. E-mail: [alpereira@uneb.br](mailto:alpereira@uneb.br).

\*\* PhD in Education, Pontifical Catholic University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor in Department of Foundations of Education in this institution. E-mail: [feldmnn@uol.com.br](mailto:feldmnn@uol.com.br).

## Introdução

Este estudo parte de reflexões que apontam para a vigência da educação popular na contemporaneidade. Para tanto, pretende-se apontar, de forma prospectiva, outras possibilidades para a educação popular frente aos desafios que se apresentam na sociedade contemporânea.

O desafio de estudar a educação popular indicou a opção por um estudo teórico que possibilitou um aprofundamento, de forma crítica, sobre as várias dimensões que ocupam a educação popular na realidade presente. Sabemos que toda elaboração teórica se constitui pela possibilidade de construção de conhecimento por meio de conceitos. Assim, no decorrer do estudo, procurou-se estabelecer um diálogo com os autores estudados de forma que fique clara a dimensão de realidade em que os conceitos emergiram.

Nesse sentido, é importante salientar que o conceito de educação popular discutido neste texto traz, em seu bojo, a compreensão do termo popular: uma concepção de educação que implica no significado de vida e das histórias construídas pelas classes populares, ambas relacionadas com a mudança e com a transformação da sociedade.

Percorrendo os caminhos da educação popular no Brasil, percebemos que ela marca a história da educação brasileira, não se constituindo em um movimento isolado nessa história, mas fazendo parte dela.

No início da década de 1960, com base na concepção que se dedicava à educação de adultos, a educação popular teve uma atuação muito forte frente às ações educativas populares do país e atraiu, para suas lutas, muitos intelectuais e militantes preocupados com essas questões.

Apesar dos anos de 1970 terem sido marcados pela repressão e pelo controle político-ideológico, houve uma ruptura no campo da

educação popular, favorecendo uma maior sistematização e crítica dos seus programas e métodos, de forma que ela se manteve nos palcos de discussões.

A década de 1980 é marcada por grande participação e mobilização que envolveu todos os segmentos da sociedade civil, tendo sido o momento da retomada de consciência dos direitos, da construção de um novo projeto de sociedade. A filosofia libertadora de Paulo Freire começa a ocupar espaço entre os educadores e há, nesse período, um imenso esforço intelectual na perspectiva de se compreender e desenvolver o pensamento pedagógico brasileiro progressista no interior da escola pública.

Já a década de 1990 traz a marca do modelo neoliberal globalizado. A educação nesse modelo é tratada como uma mercadoria, segundo a lei da oferta e da procura. A educação popular passa por tempos difíceis, sofrendo o impacto da perda dos referenciais socialistas e o Conselho de Educação de Jovens e Adultos da América Latina (CEAAL) sugere que se faça uma (re)fundamentação da educação popular.

Mesmo em tempos difíceis, o movimento da educação popular procura reconstituir-se e (re)fundamentar e redefinir as suas práticas e concepções na perspectiva de construir alternativas que transcendam às formas ou modelos tradicionais de organização social, em busca de um projeto de sociedade mais democrático e justo.

Porém, para que a educação popular possa se recolocar no atual contexto social e se constituir como projeto alternativo, faz-se necessário rever seus princípios histórico-antropológico, sócio-filosófico e pedagógico, a partir de práticas educativas populares concretas que possibilitem avaliar criticamente as correntes ideológicas impostas ao longo do nosso processo histórico, para que, a partir

daí, possamos construir outras matrizes de pensamento<sup>3</sup> capazes de desvelar o silêncio causado pelas correntes hegemônicas do pensamento e fazer ressurgir uma nova história.

A seguir, discutiremos três dimensões que, ao nosso olhar, são de fundamental importância para a vigência da educação popular na contemporaneidade: reinventar a utopia e a esperança; assegurar uma episteme do popular e redescobrir outros mundos de trabalho. Acreditamos que essas três propostas, interligadas, representam um caminho novo e esperançoso para fortalecer as discussões em torno da educação popular.

### **Reinventar a utopia e a esperança...**

É importante acreditar que nem tudo está perdido, que a história continua e requer da educação popular o enfrentar de um dos seus maiores desafios, seja o de reinventar a utopia ou a capacidade de construir sentido e esperança para a vida. Uma das grandes consequências sociais da nova revolução industrial é a mudança que ela pode causar em relação à imagem que temos do mundo, causando, inclusive, a perda de habilidade para encontrar sentido para a vida (TOFFLER, 2007). Nesse aspecto, Schaff (2007) mostra que a atual revolução contém elementos que ameaçam esse valor, colocando a saúde psíquica do ser humano em perigo, que pode se ver envolvido em um vazio existencial.

Sendo assim, nos parece que

Uma nova infosfera está emergindo juntamente com uma nova tecnosfera. E esta terá um impacto de longo alcance nessa esfera, a mais importante de todas, a que está dentro de nosso cérebro. Pois, tomadas em conjunto, estas mudanças revolucionarão a nossa imagem do mundo e a nossa habilidade

para lhe encontrar sentido. (TOFFLER, 2007, p. 170-171).

A discussão nos faz perceber que a revolução técnico-científica, nos moldes em que foi descrita pelos autores, já não se contenta mais em explorar apenas a força bruta do trabalho humano, mas também a sua razão existencial, que é a produção de sentidos. O ser humano é um ser de sentidos, que, segundo Gadotti (2002), é, notadamente, um caminho não percorrido, mas que se deseja percorrer. Portanto, significa projeto, sonho, utopia. Perder o sentido da vida é perder a própria razão de sua existência como “ser no mundo”. Desse modo, faz-se necessário a reconstrução da utopia como ponto central na construção de novas propostas alternativas.

Santos (2008) embasa nossa discussão ao dizer ser a utopia o único caminho para se pensar o futuro, salientando que, por ela, entendem-se as novas possibilidades que a humanidade pode explorar e desenvolver para lutar em favor de algo radicalmente melhor e que realmente valha a pena. Mostra-nos que, a partir do século XIX, com o desenvolvimento da racionalidade científica e da ideologia cientificista, criou-se um ambiente bastante hostil ao pensamento utópico. Podemos afirmar que esse ambiente foi criado na tentativa de subtrair do ser humano a sua possibilidade e o seu direito de acreditar que conhece, e, por conhecer, pode transformar a realidade em que vive.

Sabemos que este caminho não é tarefa fácil, mesmo porque ele exige do ser humano uma tomada de consciência, que, como sabemos, não acontece da mesma forma para todos. A forma como cada pessoa se apropria criticamente dos fatos contidos na história é diferente e vai depender do nível de conhecimento em que o sujeito se encontra e

**3.** “As matrizes do pensamento são formas de reelaboração e sistematização conceitual de determinados modos de perceber o mundo, de ideários e aspirações que têm um conjunto de raízes (antecedentes) em processos históricos e experiências políticas de amplos contingentes de população e se alimentam de substratos culturais que excedem aos marcos estreitamente científicos ou intelectuais”. (ARGUMEDO, 1993, p. 81).

da forma como cada sujeito se conhece. Logo, isso nos faz assegurar que a reconstrução da utopia requer, principalmente, reconhecer “o homem como um ser de permanentes relações com o mundo, que ele transforma por meio de seu trabalho”, para que, assim, possamos percebê-lo “como um ser que conhece, ainda que esse conhecimento se dê em diferentes níveis” (FREIRE, 1980, p. 47).

Retomando a discussão, Santos (2008) nos apresenta a utopia assentada em duas condições: uma nova epistemologia e uma nova psicologia. Para efeito de nosso trabalho e compreensão de nossos questionamentos, trataremos apenas da utopia enquanto nova epistemologia. Nesse aspecto, o autor considera que, enquanto nova epistemologia, recusa-se a forma “imperial” que representou o outro como incapaz de se representar a si próprio, reduzindo-o à condição de objeto. Recusa-se também uma utopia que feche os horizontes e as expectativas de possibilidade, para acreditar em outra epistemologia que crie alternativas.

Essa é uma discussão basilar no contexto da educação popular e da reconstrução da utopia, que só tem sentido se for embalada pela transformação da sociedade e, conseqüentemente, do mundo em suas bases teóricas e epistemológicas.

Para isso, precisamos acreditar que, de fato, a reconstrução da utopia é um grande desafio possível e que a utopia realmente se constitui como um caminho para se chegar ao futuro. Um caminho que ainda não foi percorrido, mas que precisa ser trilhado como possibilidade de luta para conquista de algo relativamente melhor para a humanidade. Não podemos levantar discussões acerca da reconstrução da utopia e da esperança sem acreditar em um processo radical de mudanças que, para nós, começa com a discussão sobre *episteme*.

### **Assegurar uma *episteme* do popular**

A discussão sobre *episteme* é uma questão de fundamental importância para a educação popular, principalmente porque essa seria uma das contribuições que ela poderia desenvolver para o fortalecimento das lutas localizadas na sociedade contemporânea e para a emancipação humana e social.

Nesse sentido, romper com uma *episteme* hegemônica e reivindicar outras formas de conhecer como legítimas é fazer uma opção política na qual o povo é situado na condição de sujeito.

Outra questão que nos dá sustentação para discutir uma ruptura epistêmica diz respeito às mudanças nas relações sociais de trabalho. As formas de construção social do trabalho estão se modificando a partir das várias revoluções que a humanidade vem passando. Essas mudanças afetaram todos os setores da sociedade, inclusive, a forma de existência da humanidade. Então, não podemos supor que as bases de conhecimento construídas pela humanidade continuem as mesmas, ou seja, com base em um pensamento dominante que pretende ser único.

Também justifica a nossa discussão o concordar que as mudanças na organização social do trabalho mudaram de fato com as bases da educação popular. Assim, é preciso que a educação popular, no contexto da contemporaneidade, possa ser iluminada por um corpo teórico sólido, ao lhe dar suporte para participar da construção e reconstrução de novas matrizes de pensamento.

Entendemos que o legado epistemológico que hoje conduz o nosso pensamento tem como base o eurocentrismo. Assim como nos impuseram seu capitalismo, também nos impuseram sua forma de compreender o mundo. Esse legado nos impede de compreender o

mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias. Com isso, uma episteme construída com base em um pensamento eurocêntrico não pode dar conta da complexidade das distintas formações sociais de cada lugar e região do mundo, afinal

O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 10).

A episteme, fundada no modelo dominante, percebe o outro como ser incapaz e, por isso, o reduz à condição de objeto, contrariando o próprio ato de conhecer que, segundo Freire (1980), não é um ato que se dê com sujeitos transformados em objeto, que, de forma dócil, recebem passivamente o que outros lhe impõem. Para o educador, o conhecimento só pode se dar com a presença curiosa do sujeito em face do mundo e, sendo assim, requer sua ação transformadora sobre a realidade em constante busca. Nas suas palavras,

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeitos e somente enquanto sujeitos, que o homem pode realmente conhecer. (FREIRE, 1980, p. 27).

O conhecimento não pode se dar fora das relações do ser humano com o mundo. Para compreendermos melhor essa afirmativa, continuamos o diálogo com Freire, que nos diz ser por meio da sua ação sobre o mundo que o ser humano se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação, uma vez que é um ser do trabalho e da transformação do mundo e que, por isso mesmo, se torna um ser da práxis. Logo, não pode haver possibilidade de separar o ser humano

do mundo, pois um não pode existir sem o outro.

Assim, em seu diálogo enfático, Freire nos mostra que o ser humano é um ser de atividades e, como ser que trabalha, que tem pensamento e linguagem, é capaz de “afastar-se do mundo para ficar nele e com ele” (FREIRE, 1980, p. 31). Sendo o ser humano um ser de relações em um mundo que também é construído por relações, não pode construir conhecimento fora desse contexto.

Foi a partir dessas reflexões que nos encontramos com o pensamento de Moreno Olmedo (2008), importante pesquisador da causa popular que, mesmo nos tempos de crise em que o mundo está sendo definido pela ficção do pensamento único, mostra-nos que há possibilidade para a produção de um novo discurso, para a construção de epistemes alternativas.

Moreno Olmedo, assim como Freire, sustenta em seus estudos que o ser humano é um ser de relações. Portanto, pensar a episteme centrada nas relações é fazer uma crítica radical ao próprio ato de conhecer, a toda realidade humana criada pelo pensamento dominante e ao grupo que o liderou, ou seja, “é conhecer as suas raízes, o coração mesmo, da opressão” (MORENO OLMEDO, 2008, p. 404).

Assim, pensar em outra episteme é permitir optar por outra humanidade, não só diferente da que nos é posta, mas também uma distinta. É pensar em uma episteme libertadora diante de um projeto individualista que só oprime o ser humano e, inclusive, o nega como ser de relações e o aliena a um projeto individualista e massificante.

Com seus estudos, Moreno Olmedo (2008) nos mostra que a mediação da episteme se dá a partir da práxis, do modo de vida e da teoria, estando presente no modo de vida de cada sociedade e em relação direta com a cultura. Desse modo, define as condições e possibilidades do que se pode pensar, conhecer e decidir em um determinado momento histórico.

Portanto, viver uma episteme distinta

é viver o mundo em participação com todas as formas de vida do grupo humano, é a possibilidade de sempre poder anunciar outra episteme alternativa. Não se trata de uma episteme natural, mas de uma que pode ser pensada em termos relacionais, pois não compreende que o ser humano possa viver sem relações.

Mais uma vez, o pensamento de Moreno Olmedo se entrelaça ao de Freire, quando diz que essa relação deve ser amorosa. Para Freire (1980), esse encontro amoroso entre os seres humanos não pode ser de inconciliáveis, e por isso ele traz o diálogo como um encontro amoroso.

Percebemos que, nos estudos de Moreno Olmedo (2008), o diálogo se constitui nesse encontro, quando salienta que a episteme, em seus estudos proposta, fundamenta-se na práxis vivida pelos grupos humanos que constroem suas histórias e que são considerados como povo. O autor indica que não pretende construir um saber para se tornar um contrapoder, uma forma de poder subjugado, mas, sim, mostrar que é possível construir um outro saber que emane de uma episteme distinta e que, por isso, não seja contra ou a favor de ninguém e de nenhum projeto, mas apenas e simplesmente uma outra alternativa. Assim, nos declara:

Não é minha intenção, portanto, que apenas uma ciência humana que parta de outra episteme seja legítima. Pretendo, sim, uma outra ciência humana que parta de uma outra episteme e seja tão legítima como outra qualquer, desde o campo intelectual. Isso é uma opção ética, compreender que as coisas podem e devem ser diferentes. (MORENO OLMEDO, 2008, p. 397).

Essa opção é também a possibilidade de recuperar, sistematizar e reelaborar o pensamento popular na contemporaneidade, pois, embora, ao longo da história, tenha se tornado um pensamento alternativo construído pelo poder hegemônico, seus projetos não

conseguiram romper com a episteme dominante. Para Moreno Olmedo (2008), o projeto a partir da episteme popular ainda não foi elaborado.

Porém, Montero (1998 apud LANDER, 2005) salienta que, a partir das muitas vezes, que, ao longo dos últimos tempos, vêm lutando por formas alternativas de ver, interpretar, conhecer e agir sobre o mundo, já estamos construindo essa nova episteme. Para esse autor, as contribuições principais para uma tal episteme estão na Teologia da libertação, nas obras de Paulo Freire e de Moreno Olmedo, entre outros, e aponta como ideias centrais dessa nova episteme:

- Uma concepção de comunidade e de participação, assim como do saber popular, como formas de constituição e, ao mesmo tempo, produto de uma episteme de relação;
- A ideia de libertação por meio da práxis, que pressupõe a mobilização da consciência, e um sentido crítico que conduza à desnaturalização das formas canônicas de aprender-construir-ser no mundo;
- A redefinição do papel do pesquisador social, o reconhecimento do Outro como Si Mesmo e, portanto, a do sujeito-objeto da investigação como ator social e construtor do conhecimento;
- O caráter histórico, indeterminado, indefinido, inacabado e relativo do conhecimento. A multiplicidade de vozes, de mundos de vida, a pluralidade epistêmica;
- A perspectiva da dependência, e, logo, a da resistência. A tensão entre minorias e majorias e os modos alternativos de fazer-conhecer;
- A revisão de métodos, as contribuições

e as transformações provocadas por eles.

Dessa maneira, consideramos ser de fundamental importância para a educação popular assegurar uma episteme do popular, não como uma concepção totalizante e reducionista, mas que, no contexto da construção dessa outra, possam surgir várias matrizes de pensamento, capazes de desvelar os silêncios provocados pelo poder dominante ao longo de nossa história, sendo possível, dessa forma, falar a partir dos que integram as massas populares.

Concordamos com Santos (2008), quando enfatiza que a mudança histórica se dará de um movimento de baixo para cima, tendo como autores principais o povo, o sujeito liberado de novas massas, e não o ser humano acorrentado.

Como nos alerta Arguelo (2006, p. 233), somos muitos e somos fortes, mais do que podemos imaginar. Embora não sejamos os únicos, nem a solução final, sabemos que temos presença e forte influência e, portanto, somos referenciais importantes.

Tomando por base o exposto, podemos dizer que também cabe à educação popular, como prática educativa libertadora, junto com os grupos populares, redescobrir outros mundos de trabalho como alternativas possíveis, mais justas e solidárias, que gerem debates profundos e construtivos, teóricos e práticos; e ver o ser humano como ser de relações e capaz de compreender a multiplicidade de vozes, de mundos e de vidas que vão se constituindo na construção das múltiplas epistemes e relações de trabalho.

### **Redescobrir outros mundos de trabalho**

Redescobrir outros mundos de trabalho é outro ponto que consideramos muito importante para compreendermos as contribuições da educação popular na sociedade contemporânea. Isso também nos possibilitaria visualizar os seus caminhos para uma emancipação social.

O que assegura essa discussão é o próprio contexto da crise provocada pela compreensão do trabalho enquanto força produtiva explorada pelo capital. Se vivemos uma crise na organização social do trabalho nunca vista antes, então, a educação popular, como prática educativa libertadora, deve se fazer presente nas discussões e na construção de modelos alternativos às formas de organização social e econômica oferecidas, até então, pelo capitalismo como única e possível solução para a humanidade.

Não queremos, aqui, ser ingênuos e acreditar que a educação pode tudo ou até mesmo cair na cilada da ideologia capitalista, à qual a própria educação se submeteu, transformando-se em uma propriedade privada de meios e instrumentos de produção. Essa educação ideológica, vista como mercadoria e subordinada ao grande capital e ao Banco Mundial, pouco pode ou quase nada pode, a não ser legitimar o discurso produzido pelo capital dominante.

No entanto, não é dessa educação que falamos, mas de uma que realmente, sozinha e isoladamente, não pode tudo. Por outro lado, como nos disse Freire (1997), alguma coisa fundamental à educação pode, só precisamos estar sempre atentos(as) para nos perguntar: de que educação estamos falando?

Para Tiriba (2004), as concepções utilitaristas de educação têm sido denunciadas de forma incisiva, as quais, em suas práticas, apresentam uma maior afinidade com os interesses do mercado capitalista. Mas, apesar de nossa negação a esse tipo de educação legitimadora do trabalho apenas como força produtiva, como mercadoria, muito pouco temos avançado na construção de projetos de formação que ultrapassem os próprios muros do mercado de trabalho.

Conforme a autora, conhecemos muito pouco sobre o saber popular em relação à economia. Nesse aspecto, seria importante

investigarmos, por exemplo, o que vem se apresentando no meio popular como alternativa ao desemprego e à pobreza. Sabemos que existem outros mercados que se contrapõem à lógica capitalista, nos quais o trabalho é centrado no ser humano e visto como expressão da relação entre o ser humano e a natureza, que, ao materializar-se, continua voltado para a valorização humana. É essa forma de produção que a educação popular deve investigar e ajudar a reinventar, mostrando que, para além do capital, existem outros mundos de trabalho. Nesse aspecto, a economia solidária popular vem se apresentando como um caminho cheio de possibilidades.

Melo Neto (2008) nos mostra que, nos marcos da economia solidária popular, o trabalho é compreendido em sua dimensão intelectual e manual, de forma que, por meio da problematização e da sistematização, vão avaliando as experiências em empreendimentos voltados à valorização humana. O autor salienta, ainda, que é pela problematização que os envolvidos em ações organizativas de projetos solidários populares passam a lidar com a subjetividade dos participantes, ao passo que visualizam, na sistematização que encontra as causas e as relações entre as situações presentes e o contexto maior, temporal e espacial, o possível encontro de respostas aos seus porquês. Nessa forma de organização, as tomadas de decisão são sempre uma tentativa autogestionária e a organização social do trabalho está centrada no ser humano como ser capaz de produzir sentidos e tornar-se humano pelo trabalho.

Para Gadotti (2009), a economia solidária é muito mais que um modo de produção, é um modo de vida. O espírito da economia solidária é cooperar, buscar o viver melhor juntos, o que nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Para o autor, os ganhos não são só materiais, mas também imateriais. O fundamental em uma economia popular solidária é o empoderamento das pessoas. Isso não se faz sem um processo

educativo progressista e transformador, porque, para empoderar, é necessário reinventar o poder e conquistar a autonomia, mesmo relativa.

Com esses pressupostos é que vemos a importância da articulação entre educação popular e economia solidária, pois, conforme Singer (2009), há uma ligação umbilical entre esses dois pontos. Para ele,

A ligação umbilical da EP com a economia solidária se deve ao fato de que esta se apoia em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas, que cabe a EP difundir entre aqueles que a peculiar dinâmica do capitalismo excluiu do espaço econômico que ele domina. (SINGER, 2009, p. 10).

Nessa perspectiva, a educação popular deve sistematizar processos educativos e propostas pedagógicas que sejam capazes de realizar ganhos não só materiais, mas também suscitar valores éticos e morais que possam contribuir na reformulação do modo de produção atual.

### **Considerações finais**

Neste estudo, pode-se evidenciar que o termo popular não significa apenas o que se identifica com a pobreza, com a miséria, mas uma concepção de vida e de história construída pelas classes populares, estando relacionado com a mudança, com a transformação da sociedade.

A educação popular marca a história da educação brasileira e não se constitui em um movimento isolado nessa história, fazendo-se parte dela. Mesmo em tempos difíceis, procura se reconstituir, (re) fundamentar e redefinir as suas práticas e concepções na perspectiva de construir novas alternativas que transcendam as formas ou modelos tradicionais de organização social, em busca de um projeto de sociedade mais democrático e justo.

Assim, de acordo com esses estudos,

a vigência da educação popular na contemporaneidade deve ter como elemento basilar a concretização de propostas alternativas no campo educativo, mostrando que o seu específico é a dimensão humana. Como prática político-pedagógica, teoria-educativa e agir dos setores sociais, a educação popular deve buscar construir propostas que contemplem, principalmente, o que a educação formal se distanciou de fazer.

Nesse sentido, devemos pensar um projeto consistente que não se enclausure em si mesmo, que se permita ser invadido pelas tensões nacionais e mundiais, sem, no entanto, perder o seu tronco. Construir esse projeto, assim, é compreender que uma concepção de educação que se quer emancipadora deve romper com a lógica do capital, deve permitir aos sujeitos desenvolver ações que sejam definidas por eles próprios, como requisito fundamental de sua condição de sujeito.

Assim, a mudança que se deseja não é algo que se constitui de cima, mas uma construção

que só é possível com a contribuição de todos os setores, que, historicamente, foram excluídos e marginalizados pelo poder dominante.

Assinalamos, ainda, que a educação popular tem um papel importante para se reposicionar no atual contexto social e se constituir como projeto alternativo. No entanto, ela precisa rever seus princípios histórico-antropológico, sócio-filosófico e pedagógico, a partir de práticas educativas populares concretas que possibilitem avaliar criticamente as correntes ideológicas impostas ao longo do nosso processo histórico, para que, assim, seja possível construir coletivamente outras matrizes de pensamento, capazes de desvelar o silêncio causado pelas correntes hegemônicas do pensamento e fazer ressurgir uma nova história.

Nesse olhar, o ressurgir dessa nova história se mostra como possibilidade a partir dos três caminhos aqui escolhidos, quais sejam: reinventar a utopia e a esperança; assegurar uma episteme do popular e redescobrir outros mundos de trabalho.

## Referências

ARGUELO, R. S. Algumas reflexões à vigência e aos desafios da educação popular no contexto da VI Assembléia Geral do CEAAL. In: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (Org.). **Educação popular na América Latina**. Brasília: Secad/Unesco, 2006.

ARGUMEDO, A. **Los silencios y las voces en América Latina**: notas sobre el pensamiento nacional y popular. Buenos Aires: Ediciones Del Pensamiento Nacional, 1993.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 5. ed. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar e aprender com sentido. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2005.

MELO NETO, J. F. de. **Educação popular em economia solidária**. 2008. Disponível em: <[http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/educacao\\_popular\\_economia\\_solidaria.pdf](http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/educacao_popular_economia_solidaria.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2013.

MORENO OLMEDO. A. **El aro y la trama**: episteme, modernidade y pueblo. Miami, Flórida: Convivium Press, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, CLACSO, 2005. p. 9-15.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Afiliada, 2008.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**: as consequências sociais na segunda revolução industrial. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 4. ed. São Paulo: Edunesp/Brasiliense, 2007.

SINGER, P. Prefácio. In: GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. p. 9-16.

TIRIBA, L. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: PICANÇO, I.; TIRIBA, L. (Org.). **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

TOFFLER, A. **A terceira onda**. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Submetido em 7 de julho de 2015.

Aprovado em 1º de agosto de 2015.